

SABERES TRADICIONAIS E MANEJO SUSTENTÁVEL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O QUILOMBO IGARAPÉ DO LAGO E A COMUNIDADE EXTRATIVISTA ÁGUA BRANCA DO CAJARI, NO AMAPÁ¹

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND SUSTAINABLE PRACTICES: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE IGARAPÉ DO LAGO QUILOMBO AND THE ÁGUA BRANCA DO CAJARI EXTRACTIVE COMMUNITY IN AMAPÁ

ANA TEREZA SOUZA SUSSUARANA

Mestranda em Estudos de Cultura e Política pela Universidade Federal do Amapá, UNIFAP
anaterezasussuarana@gmail.com

JOSÉ MARIA PEREIRA DIAS

Mestrando em Estudos de Cultura e Política pela Universidade Federal do Amapá, UNIFAP
diasjoseescritornegro@gmail.com

DAVID JÚNIOR DE SOUZA SILVA

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, UFG
davi_rosendo@live.com

RESUMO

Este artigo se propõe a fazer um estudo comparativo entre as Comunidades Tradicionais do Igarapé do Lago e Água Branca do Cajari, destacando as práticas sustentáveis utilizadas por essas populações estabelecidas na Amazônia, revelando suas lutas e desafios para manterem seu modo tradicional de vida frente ao avanço dos projetos geopolíticos capitalistas sobre a região. O objetivo desse estudo foi investigar e comparar as práticas sustentáveis utilizadas pelas duas comunidades na perspectiva da sobrevivência e preservação ambiental. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa e descritiva com levantamentos dos dados obtidos através do método bibliográfico. A pesquisa revelou a existência de semelhança entre o modo de vida e produção das duas Comunidades, no que concerne a aplicação de saberes tradicionais e o uso de práticas sustentáveis de baixo impacto ambiental, no que pese os desafios enfrentados. Logo, urge a adoção de soluções que combinem a exploração sustentável da biodiversidade amazônica com a preservação ambiental e o modo de vida desses povos tradicionais.

Palavras-chave: Amazônia. Comunidades Tradicionais. Práticas Sustentáveis.

ABSTRACT

This article sets out to make a comparative study between the Traditional Communities of Igarapé do Lago and Água Branca do Cajari, highlighting the sustainable practices used by these populations established in the Amazon, revealing their struggles and challenges to

¹ Recebido em 09/08/2025. Aprovado em 17/10/2025.



maintain their traditional way of life in the face of the advance of capitalist geopolitical projects over the region. The aim of this study was to investigate and compare the sustainable practices used by the two communities from the perspective of survival and environmental preservation. The methodology used was qualitative and descriptive research with data collected using the bibliographical method. The research revealed similarities between the way of life and production of the two communities, in terms of the application of traditional knowledge and the use of sustainable practices with a low environmental impact, despite the challenges faced. There is therefore an urgent need to adopt solutions that combine the sustainable exploitation of Amazonian biodiversity with environmental preservation and the way of life of these traditional peoples.

Key words: Amazon. Traditional Communities. Sustainable Practices.

1.INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais há séculos são vitimadas por uma política de estado de apagamento político-social, no entanto resistem a esta nefasta dinâmica socioeconômica da implementação do capitalismo na Amazônia afirmando seu direito de existir e passando de geração para geração seus costumes e modo de vida.

Neste sentido, a presente pesquisa visa analisar, através de revisão bibliográfica, as práticas sustentáveis utilizadas pelos povos quilombolas estabelecidos na Comunidade de Igarapé do Lago e da população extrativista da Comunidade de Água Branca do Cajari. Na perspectiva de investigar os desafios e ameaças enfrentados por essas comunidades para manter suas práticas sustentáveis de sobrevivência e preservação ambiental.

Para Bethonico et al. (2023), as comunidades extrativistas são populações que utilizam a extração de recursos naturais da floresta como forma de subsistência, prevalecendo os produtos de origem vegetal. Enquanto comunidades quilombolas são definidas, conforme o decreto federal 4887/2003, como grupos étnico-raciais com ancestralidade negra e com relações territoriais específicas, com histórico de luta e resistência à opressão. No entanto, para fins desta pesquisa iremos trabalhar com a nomenclatura Comunidades Tradicionais conforme preconiza o Decreto Federal nº 6.040/2007.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto nº 6.040/2007 – Art. 3 § I)

Estruturou-se este estudo em quatro seções, iniciando a conceituação de práticas sustentáveis e uma breve apresentação das duas comunidades, com base no que estabelece o Decreto nº 6.040/2007. Em seguida, descreve-se sobre as afinidades e diferenças entre as comunidades do Igarapé do Lago e Água Branca do Cajari e destaca-se os desafios enfrentados por estas comunidades para manterem suas práticas sustentáveis.

Na realização deste estudo utilizou-se a abordagem de pesquisa qualitativa e descritiva com levantamentos dos dados obtidos através do método bibliográfico. A coleta e levantamento bibliográfico ocorreu a partir da utilização de livros, artigos, monografias, teses e dissertações acessadas através das plataformas acadêmicas de pesquisa: *Scielo*, *Medline*, *Lilacs* e plataforma CAPES. Portanto, espera-se com a realização deste trabalho poder contribuir com as produções científicas no campo das pesquisas voltadas às Comunidades Tradicionais da Amazônia, ampliando a visibilidade das práticas desenvolvidas por essas populações.

2. A PRÁTICA SUSTENTÁVEL E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Amazônia brasileira apresenta uma significativa pluralidade sociocultural, resultante de um histórico processo de formação das Comunidades tradicionais estabelecidas em margem de rios e igarapés, os verdadeiros povos guardiões das florestas e da biodiversidade amazônica. No entanto, essas comunidades passam por um duro processo de invisibilidade política enquanto grupos sociais estabelecidos no espaço amazônico. Para Calegare et al (2014), até meados da década de 1980, as comunidades tradicionais da Amazônia vivenciaram um forte processo de apagamento. Barreto Filho (2006) afirma que as comunidades passam a ter uma maior atenção a partir do surgimento das discussões internacionais acerca das áreas de preservação (AP's), e também pela intensa luta desses povos sobre questões ambientais e direito à terra.

Apesar de todas essas discussões, debates e resoluções em torno da preservação da biodiversidade amazônica, o reconhecimento relativo à importância desses povos portadores de identidade étnica e coletiva para a conservação da Amazônia, só se tornou realidade a partir da publicação do Decreto nº 6040/07 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Neste sentido, a nomenclatura Povos e Comunidades tradicionais se torna mais inclusiva, pois incorpora as diversas populações estabelecidas na Amazônia e que

desenvolvem um modo de vida e costumes muito semelhante entre si. Em relação à terminologia em epígrafe, estudiosos como Little (2003), acreditam que este conceito engloba um conjunto de grupos e suas múltiplas dimensões sociais, políticas, ambientais e econômicas; em um contexto de luta e pertencimento do território, uso de práticas sustentáveis e de preservação ambiental, numa perspectiva de busca por direitos e luta por justiça social dessas populações.

Entende-se por práticas sustentáveis na Amazônia ações ou estratégias utilizadas pelas Comunidades Tradicionais estabelecidas nesta região que utilizam conhecimentos e saberes tradicionais para o uso equilibrado dos recursos naturais. Para Pereira e Ribeiro (2021), as técnicas e manejos desenvolvidos pelas populações tradicionais na Amazônia para utilização dos recursos naturais como meio de sobrevivência carregam singularidades e ritos que expressam seu modo de vida e ações que assegurem às futuras gerações a disponibilidade desse bem.

Corroborando com essa visão Moreira e Manzatto (2023), acreditam que a atuação dessas comunidades tradicionais estabelecidas no bioma amazônico é fundamental para a preservação dessa biodiversidade, pois a retirada controlada desses recursos da fauna e da flora, causam um baixo impacto ambiental. Não se pode falar em Amazônia sem levar em consideração a importância das populações tradicionais. Para Becker (2014, p. 85) o grande desafio da atualidade é implementar uma revolução científica com base na biodiversidade amazônica que leve, também, em consideração as Comunidades estabelecidas na floresta.

Destarte, o artigo discorre sobre as Comunidades tradicionais Igarapé do Lago, que por critérios étnicos está estabelecido em território quilombola, e a de Água Branca do Cajari com denominação de Comunidade Agroextrativista estabelecida na reserva extrativista do Rio Cajari (Resex).

O Quilombo do Igarapé do Lago consiste em uma Comunidade negra rural com seus descendentes com ancestralidade africana, tendo estes vínculos assegurados na própria identidade étnica de seus ancestrais negros mais antigos (Marques, 2020). A população dessa localidade preserva práticas tradicionais em sua relação com o meio ambiente, princípios que contribuem com o fortalecimento, reconhecimento e a afirmação da identidade quilombola, implicando, assim, na valorização da sua história, memória, cultura e saberes tradicionais mantidos ao longo dos anos pelos moradores da comunidade.

A comunidade do Igarapé do Lago, desde suas origens, utiliza práticas sustentáveis com exploração moderada dos recursos naturais que utiliza em suas atividades florestais e

agrícolas, desenvolvendo hábitos inclinados a uma exploração controlada da fauna e da flora, como meio de sobrevivência. Segundo Dias (2023), a agricultura e o extrativismo, principalmente, da extração do látex para produção da borracha, figuram como as práticas primárias desenvolvidas pela comunidade no início da ocupação daquele território, além do uso da caça e da pesca como subsistência.

No Relatório Antropológico, Histórico, Econômico, Ambiental e Sociocultural da Comunidade Quilombola do Igarapé do Lago, apresentado pelo INCRA, sendo desenvolvido através dos estudos de Marques (2020), afirma que a população da localidade desde de quando se estabeleceu utiliza de unidades de produção familiar, tem como principal ocupação o extrativismo vegetal e animal, precipuamente com a extração do látex e da coleta de castanha, seguida de bacaba, caça e pesca no qual parte do pescado é utilizado para fabricação do piracuí; em relação a agricultura a população anteriormente cultivava o tabaco, café, cacau, mandioca, banana e abacaxi; na atualidade cultiva a mandioca, milho, melancia, feijão, dentre outros.

A Comunidade do Igarapé do Lago desde seu surgimento desenvolve práticas coletivas de uso sustentável dos recursos da biodiversidade com utilização equilibrada da fauna e da flora como mecanismo de subsistência da população (Marques 2020; Dias 2023). Neste sentido, os recursos naturais são vitais à sobrevivência dessas populações que nas últimas décadas transitam numa desconfortável faixa de vulnerabilidade advinda das ações capitalistas que vêm impactando diretamente o modo de vida das comunidades tradicionais estabelecidas na Amazônia amapaense.

A comunidade extrativista de Água Branca do Cajari está localizada no Município de Laranjal do Jari no estado do Amapá, estabelecida na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex) às margens da BR-156. Conforme Jesus e Guedes (2016), a referida localidade é uma comunidade que vive do extrativismo da Castanha, de atividades agrícolas, da pesca e da extração de outros recursos da floresta. É importante destacar que o agroextrativismo figura como a principal atividade econômica desenvolvida pelas populações estabelecidas no âmbito da reserva extrativista do rio Cajari.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari – RESEX, teve sua origem a partir do Decreto Federal nº 99.145/1990, com a prerrogativa de disciplinar o uso da terra e dos recursos naturais renováveis de forma equilibrada e sustentável. A referida reserva destaca-se por uma forte presença de castanhais nativos, evidenciando neste território o extrativismo da castanha

da Amazônia como a principal atividade econômica praticada pelas populações estabelecidas nas Comunidades pertencentes a reserva do Cajari (Ribeiro, 2011).

Dentre as populações residentes na RESEX, a Comunidade de Água Branca do Cajari é a que concentra o maior núcleo populacional e também a que apresenta a melhor infraestrutura em relação às demais comunidades estabelecidas no âmbito da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Jesus E Guedes, 2016). Nesta localidade, além do Extrativismo da Castanha, as famílias também desenvolvem práticas agrícolas fundamentadas no cultivo da mandioca, macaxeira, milho, banana, cupuaçu, cará, abóbora.

Para Jesus e Guedes (2016), a população de Água Branca do Cajari utiliza a maioria da produção agrícola para segurança alimentar de seus núcleos familiares, apenas o excedente é comercializado mensalmente nas feiras dos municípios de Macapá e Laranjal do Jari. A Comunidade faz uso dos saberes tradicionais revelando uma profunda relação da população com os produtos da floresta e mesmo com todo o avanço tecnológico grande parte da população faz uso habitualmente das plantas medicinais disponíveis na RESEX, para cura de grande parte de suas enfermidades.

No que concerne ao cultivo da terra, o manejo agrícola, os modos de viver e resistir, tanto a Comunidade quilombola do Igarapé do Lago, quanto a Comunidade Extrativista Água Branca do Cajari se aproximam em sua essência e luta para permanecer de pé. O conhecimento ancestral, as lutas pela manutenção dos modos de vida e para garantir a herança viva de seus descendentes é comum ao quilombo e à comunidade extrativista.

3. APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE O QUILOMBO DO IGARAPÉ DO LAGO E A COMUNIDADE ÁGUA BRANCA DO CAJARI

Percebe-se a grande complexidade em definir nomenclaturas que determinem com precisão características específicas capazes de diferenciar as diversas populações tradicionais estabelecidas na Amazônia, especialmente no caso dos povos quilombolas e extrativistas. Isso ocorre porque as disparidades étnicas presentes nas comunidades amazônicas não necessariamente refletem suas diferenças culturais, considerando que essas populações compartilham, como elemento comum, a relação equilibrada com o uso dos recursos naturais (Arco, 2020; Moreira; Mantazzo, 2023).

Dada a existência de uma vasta semelhança entre o modo de vida desses dois grupos sociais, utilizar-se-á nesta pesquisa a nomenclatura Comunidades Tradicionais de acordo com

o Decreto Federal nº 6040/07, atendo-se mais a descrever sobre as práticas sustentáveis utilizadas secularmente por essas populações.

A Comunidade do Igarapé do Lago historicamente tem se destacado desde seu surgimento como uma localidade em que sua população tem como principal atividade econômica o extrativismo vegetal e animal com uso controlado dos recursos da biodiversidade amazônica. Para Dias (2023), o extrativismo e a agricultura foram as duas atividades mais praticadas na região do Igarapé do Lago desde suas origens até a atualidade como meio de sobrevivência, afirma que a pesca nunca foi utilizada pela população local para fins econômicos, mas como uma atividade essencial a sua subsistência, enfatizando que o pescado é a principal fonte alimentar da população local.

Muitos quilombolas nasceram nessa localidade e nela permanecem até hoje, resistindo a todas as dificuldades naturais e sociais e as pressões de invasores de suas terras, que sempre tentaram se apossar de forma ilegal das áreas de uso coletivo, reduzindo assim o território de uso tradicional, indispensável para a subsistência das famílias quilombolas. Desde a origem do povoamento do Igarapé do Lago, as famílias quilombolas sempre utilizaram essas terras para plantar, caçar, pescar e praticar o extrativismo vegetal necessário à subsistência de suas famílias. (Marques, 2020, p. 114)

Observa-se que a Comunidade do Igarapé do Lago ao longo dos anos faz uso sustentável dos recursos naturais, utilizando práticas produtivas com baixo impacto ambiental. Marques (2020) enfatiza que as atividades agrícolas praticadas na comunidade concentram-se principalmente em produtos alimentícios básicos como: mandioca, milho, feijão, abacaxi, melancia, banana, graviola, acerola, cupuaçu, manga e caju; além do cultivo de hortaliças, tais como: abóbora, jerimum, maxixe, feijão, quiabo e pepino.

Essa área é utilizada para produção de culturas de subsistência (milho, feijão e mandioca), com práticas de produção simples, de natureza tradicional, além de criação de animais, pesca, coleta de frutos naturais, como bacaba, piquiá, açaí (que dá nos olhos d'água) e cupuaçu. Usam também para extração de madeira para construção de casas (andiroba, mauba, pracúuba, virola e pau mulato) e para extração de palhas de buriti e buçu para cobertura das casas (antigamente os quilombolas não tinham acesso a telhas) e extração de jussara para fazer assoalho (pisos das casas). Antigamente, os quilombolas também faziam as coberturas das casas com cavacos (pedaços de madeira em formato de telha). (Marques, 2020, p. 115).

A Comunidade de Água Branca do Cajari se destaca por sua organização social e relativa estrutura comunitária, contando com sede da associação, posto de saúde, escola de ensino médio, cozinha comunitária e feira de mulheres. A principal base econômica das famílias é o agroextrativismo, articulando a coleta da castanha-da-amazônia com a agricultura de subsistência. Essa integração permite a diversificação da produção e assegura a segurança

alimentar local. A castanha continua sendo a principal fonte de renda, sobretudo por sua comercialização concentrada na safra, possibilitando às famílias investir na melhoria de suas unidades produtivas.

A castanha-da-amazônia é um dos principais recursos extrativistas da região, fonte de subsistência e renda para muitas famílias que têm relação histórica cultural muito forte com a atividade. A castanha motivou a criação de várias Unidades de Conservação na Amazônia, inclusive a Resex Cajari. (Jesus, Guedes, 2016, p. 314).

A área onde está localizada a Comunidade de Água Branca é um território bastante amplo. A região em epígrafe tem sua história marcada pela dizimação das populações indígenas que ocupavam a área em sua pré-história e a exploração capitalista das riquezas naturais, com a presença marcante de relações servis de trabalho. Apesar disso, Rangel (2017), no exercício da escuta e registro da história das comunidades, através da história oral dos moradores, mostra como a presença dos castanhais e o manejo da castanha feito pelos castanheiros sempre foi o que moveu a atividade na região, mesmo no auge da exploração do látex.

O manejo com a terra, a vinculação com o território, a luta pela defesa da região e a inconformidade com a exploração desenfreada das empresas que se instauraram na Amazônia entre as décadas de 50 e 70 impulsionaram o decreto da reserva extrativista, que apesar do histórico de extermínio dos povos originários, carrega na figura do caboclo amazônico a herança do modo de se relacionar com as águas, a terra e a mata de seus antepassados.

Percebe-se que os fatos apresentados apontam para a existência de semelhança entre o modo de vida e o modo de produção entre as duas Comunidades Igarapé do Lago e Água Branca do Cajari, principalmente no que tange o uso sustentável de suas práticas produtivas relacionadas ao extrativismo vegetal e animal, a agricultura e a utilização de saberes tradicionais com forte inclinação de uso, costumes e tradições dos moradores das duas comunidades.

É importante destacar como a utilização da extração do látex para produção da borracha foi uma atividade essencial para o estabelecimento das populações tradicionais no início da formação das duas comunidades, além de outros produtos oriundos do extrativismo aparecerem como fatores determinantes para fixação desses povos. No entanto, nota-se que há um grande desafio enfrentado por essas populações no que concerne às drásticas

transformações que essas duas regiões vêm sofrendo ao longo dos anos, comprometendo significativamente os seus modos de vida.

4. OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA PRÁTICA SUSTENTÁVEL

A comunidade de Água Branca do Cajari, tem sido protagonista na adoção de práticas sustentáveis que articulam o modo de vida agroextrativista tradicional com a conservação ambiental e a geração de renda. Tais práticas são frutos de um longo processo de luta territorial e organização política dos povos da floresta, cuja resistência remonta às décadas de 1960 e 1970, culminando com a criação da RESEX por meio do Decreto Federal nº 99.145/1990.

Na prática, iniciativas como a produção de biscoitos de castanha pela COOPERALCA (Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas do Cajari), mencionada por Rangel (2017), são exemplos concretos de como o extrativismo pode ser transformado em atividade econômica sustentável, agregando valor ao produto e gerando renda dentro da própria comunidade.

No entanto, conforme apontado por Embrapa (2017), apenas uma pequena parcela da população local consegue sustentar-se exclusivamente por meio da produção extrativista ou agrícola. Essa dependência reduz a autonomia produtiva e pode comprometer a reprodução sociocultural do modo de vida agroextrativista, ao deslocar o foco das práticas tradicionais para a busca por rendas complementares. O registo da Embrapa (2017) indica uma forte dependência das famílias em relação a programas de transferência de renda, aposentadorias e trabalhos externos.

Outro fator limitante se refere à forma de comercialização dos produtos extrativistas, especialmente da castanha-da-amazônia, principal fonte de renda local. A venda da castanha ocorre majoritariamente por meio de atravessadores, que impõem preços variáveis e geralmente desfavoráveis aos produtores, resultando em baixa lucratividade. Essa estrutura comercial, segundo o estudo, perpetua relações de dependência econômica e restringe o fortalecimento de cadeias produtivas locais com valor agregado.

Além disso, a precariedade do acesso à comunidade, sobretudo em períodos de cheia, também é um fator desafiador no exercício das práticas sustentáveis na comunidade. Essa precarização, de acordo com Modesto(2013), dificulta o escoamento da produção, o

recebimento de insumos e a assistência técnica continuada. Em 2020, a elevação do nível do Rio Cajari e a liberação da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio inundou a comunidade de Água Branca, deixando carros e casas submersos. De acordo com o Corpo de Bombeiros, cerca de 60 famílias foram atingidas, uma estimativa de 206 pessoas (G1, 2020). Somado aos desafios ambientais típicos da região, as influências de grandes infraestruturas como a da usina hidrelétrica atualmente e grandes obras instauradas para exploração na década de 1950, nota-se a forte influência na modificação no cotidiano e na produção dos agroextrativistas locais.

Diante da nova geopolítica vivenciada na Amazônia o desafio para as populações tradicionais manterem o seu modo de vida se constitui um desafio para o presente e não mais para o futuro em meio a esse conflito de interesses pela exploração da terra pelos projetos geopolíticos capitalistas (Becker, 2014). Em relação a região do Igarapé do Lago, Marques(2020) afirma que nas últimas décadas a população dessa comunidade vem sofrendo uma drástica redução do seu território em decorrência da grilagem de terra por alguns latifundiários e da ocupação privada por parte de especuladores imobiliários e agentes do agronegócio, comprometendo o modo tradicional de vida dessa população em relação ao uso equilibrado dos recursos naturais.

A Comunidade do Igarapé do Lago tem como principais atividades econômicas a agricultura e o extrativismo vegetal e animal. A agricultura familiar nas últimas décadas tem crescido bastante na localidade através de uma técnica agrícola menos agressiva da terra popularmente conhecida como sistema bragantino; é um método que utiliza uma pequena área de cerrado para o plantio consorciado de várias espécies como: mandioca, milho, feijão, melancia, batata-doce, etc. No entanto, a cada ano a comunidade vem perdendo mais espaços desses campos cerrados que gradativamente vem sendo ocupados pela pecuária e pelo agronegócio.

O extrativismo vegetal é uma atividade econômica também utilizada pela população do Igarapé do Lago, principalmente o açaí e a bacaba, os quais são utilizados tanto para o consumo das famílias como também para comercialização. Marques (2020) destaca que a população dessa comunidade, desde sua origem sempre utilizou a terra para plantar, caçar e pescar e para outras práticas extrativistas que são elementares para a subsistência de suas famílias. No entanto, o autor destaca que a cada ano esse território, nos quais são desenvolvidas essas atividades, está ficando mais restrito dada a ocupação irregular da terra por alguns latifundiários.

O extrativismo é uma atividade necessária para própria sobrevivência da população do Igarapé do Lago, como a utilização de palha para cobertura de casas, uso de cascas e seiva de árvores para cura de enfermidades, extração de óleo, utilização de diversas fibras e cipós para confecção de paneiros, peneiras, tipitis, dentre outros. Segundo Dias (2023), outra tarefa de grande relevância para a comunidade é a pesca artesanal cuja ação é praticada pela população do Igarapé do Lago desde do início da ocupação daquele território, é uma atividade basilar de sobrevivência, mas que segundo o autor, fatores como a poluição do manancial aquático provocado pelo manejo inadequado do rebanho bubalino, a pesca predatória, a devastação das matas de igapós para o plantio de pastagens, são vetores responsáveis pelas mudanças socioambientais que vêm afetando o modo de vida da população local.

Os povos tradicionais estabelecidos na Amazônia enfrentam diversos desafios para manterem seu modo tradicional de vida. Urge a implementação de novos modelos de produção que possibilitem o desenvolvimento econômico e o uso das práticas sustentáveis utilizados por essas populações. Estudiosos como Moreira e Manzatto (2023) asseguram que um dos maiores desafios da atualidade é explorar a Amazônia e conservá-la, apontando como caminho possível para exploração dessa biodiversidade de maneira equilibrada: o extrativismo sustentável e os bionegócios.

Observa-se como desafios vivenciados nas duas comunidades, as transformações ocorridas em seus habitat e que vem influenciando negativamente em seu modo de vida, dentre as quais a perda de direito de parte de seu território por grilagem de terras, invasões irregulares ou por ocupação de parte dessas áreas por agentes do agronegócio. Neste sentido, Ferreira Junior (2023) argumenta que as Comunidades Tradicionais estabelecidas na Amazônia vivenciam um forte desafio de conviver com a exploração predatória e desenfreada dos recursos naturais impulsionados pelos grupos econômicos que passaram a se estabelecer na região, resultando em impactos negativos à biodiversidade e ao ecossistema da área, violando o direito dessas comunidades que dependem da biodiversidade amazônica para sobreviver.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se o processo de transformações socioeconômicas vivenciados pelas comunidades tradicionais do Igarapé do Lago e Água Branca do Cajari, investigando os desafios e ameaças enfrentados por essas populações para manterem seu modo de vida,

saberes tradicionais e suas práticas sustentáveis de sobrevivência e preservação ambiental. Na perspectiva de refletir sobre os mecanismos de sobrevivência utilizados ao longo dos anos e que vêm contribuindo positivamente para preservação ambiental na área onde estão estabelecidos, a partir do uso equilibrado dos recursos naturais, de suas relações com a terra e lutas pela manutenção do território que ocupam.

Observa-se assim que as duas comunidades tradicionais desenvolvem atividades bastante similares, se diferem apenas na intensidade que executam essas atividades. A Comunidade do Igarapé do Lago é mais aplicada na agricultura e a população de Água Branca do Cajari apresenta como principal fonte de renda a extração da castanha-do-brasil. No entanto, há total convergência em relação a práticas extrativistas animais e vegetais, no que concerne à utilização da caça e da pesca como meio de sobrevivência; e a extração do açaí, frutas, óleo e outros produtos da floresta. Além da agricultura na qual as duas comunidades cultivam em geral os mesmos produtos, com destaque para a mandioca, macaxeira, milho, banana, cupuaçu, cará, abóbora; que aparecem como base alimentar comum às duas populações.

As duas comunidades desenvolvem um modo de vida bastante semelhante no que concerne ao uso da terra, à aplicação de saberes tradicionais e ao uso de práticas sustentáveis que não agridem a biodiversidade existente em seus territórios. Adotam um modelo agroextrativista de produção com o uso equilibrado dos recursos naturais, produzindo um baixo impacto ambiental no território onde estão estabelecidos. No entanto, mesmo estas comunidades tradicionais desempenhando relevante papel na defesa, preservação e sustentabilidade desses ecossistemas na Amazônia, ainda assim, enfrentam grandes desafios em relação a defesa de seus territórios, manifestado pela ocupação irregular de suas terras, o avanço dos grupos econômicos com desenvolvimento de atividades nocivas ao meio ambiente; além da precariedade das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento dessas comunidades, como saúde, educação, moradia e saneamento básico.

Portanto, é importante destacar que os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades tradicionais do Igarapé do Lago e de Água Branca do Cajari, comprometem o modo de vida dessas populações e acende um alerta quanto a necessidade da criação de mecanismos de defesa desses povos e da preservação da biodiversidade Amazônica, contra tais ameaças. Logo, torna-se urgente a adoção de soluções inovadoras que combinem ou equilibrem a exploração da biodiversidade, com a preservação ambiental, assegurando de

maneira sustentável a sobrevivência desses povos tradicionais que dependem desses recursos da floresta para sua subsistência e manutenção de seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

ARCO. Diego Pérez Ojeda del. **Mais além das diferenças étnicas: Particularidades na luta por direitos.** Revista Mutirõ (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul) V. 01, No. I, 2020.

BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006. p.109-143.

BARROSO, S. C. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: a dinâmica sociopolítica para acesso a bens e serviços sociais.** Manaus: EDUA, 2015.

BECKER. Bertha K. “**Geopolítica da Amazônia**”. Estudos Avançados, n. 19, p. 71-86, jan./abr. 2005.

BETHONICO, M. B. M., COSTA, P., Repetto, M., Euler, A. M. C., et. al. Análise situacional de comunidades extrativistas de castanha-da-amazônia. In L. H. O. Wadt, J. F. Maroccolo, M. C. Guedes & K. E. Silva (Eds.), **Castanha-da-amazônia: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor.** Brasília: Embrapa. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 99.145, de 12 de março de 1990.** Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 mar. 1990.

BRASIL. **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em 17 Mai. 2020.

CALEGARE, M.G.A.; HIGUCHI, M.I.G.; BRUNO, A.C.S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva.** Ambiente & sociedade, 17 (3), 115-134, 2014.

DIAS, José Maria Pereira. **Igarapé do Lago: história e memória.** Macapá: Gráfica e editora Cromoset, 2023.

EMBRAPA. **Registro de experiência do Projeto Carbono Cajari: caracterização social das comunidades e castanheiros do sul do Amapá e de seus sistemas produtivos.** In: MACEDO DE JESUS, Flávia Lucíany; GUEDES, Marcelino Carneiro (org.). Diálogo de saberes: relatos da Embrapa. Brasília: Embrapa, 2017. v. 2, p. 313-325.

FERNANDES, J. S. N.; Moser, L. **Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 532-541, set./dez. 2021.

FERREIRA JUNIOR, E. I. A Dimensão Socioambiental dos Direitos Humanos na Amazônia: Perspectivas e Desafios para a Proteção dos Povos Tradicionais. **Revista Contemporânea**, 3(07), 8669–8697. 2023.

JESUS, Flávia Lucíany Macedo de e GUEDES, Marcelino Carneiro. Registro de experiência do Projeto Carbono Cajari: caracterização social das comunidades e castanheiros do sul do Amapá e de seus sistemas produtivos. In: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. **Diálogo de Saberes: relatos da Embrapa**. Brasília: EMBRAPA, 2016. p. 313 – 325.

MODESTO, Allynne Colares Távora. **Resex Cajari no sul do Amapá: processo histórico da organização política**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

MOREIRA, Denilson Nunes; MANZATTO, Ângelo Gilberto. **As potencialidades que favorecem ao desenvolvimento sustentável na Amazônia**. RBPD, v. 20, n. 4, 2023. Res: Conhecimento Tradicional e Bionegócio.

PEREIRA, Nhaara da Vila; DA SILVA RIBEIRO, Ricardo; PASA, Maria Corette. **Diálogo de saberes: Conhecimento Tradicional e Bionegócio. Biodiversidade**, v. 20, n. 4, 2021.

PLANNUS ENGENHARIA LTDA. **Projeto de recuperação de áreas degradadas da Unidade de Conservação RESEX do Rio Cajari**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020.RIBEIRO, A. C. 2011. Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidade agroextrativista no Amapá. São Paulo,SP. 327 p.

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. 2017. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Antonio José dos; SILVEIRA, Daniel Claudio da; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; THESING, Nelson José. Potencialidades e desafios em comunidades de populações tradicionais e ribeirinhas na Região Amazônica. **Revista Científica ANAP Brasil**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 41, 2024. DOI: 10.17271/19843240174120244813. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil/article/view/4813. Acesso em: 10 jul. 2025.